

Teodic(ss)eia Econômica: uma revisão de escopo de dois milênios de Economia e Teologia^a

Economic Theodic(sse)y: A Scoping Review of Two Millenia of Economics and Theology

Rafael Galvão de Almeida^b 

Universidade Federal do Tocantins, Departamento de Economia, Palmas (TO), Brasil

Resumo: O artigo tem por objetivo acompanhar as pesquisas no campo interdisciplinar de economia e teologia do ponto de vista da história do pensamento econômico. O artigo usa uma revisão de escopo, focando-se na literatura produzida por estudiosos, ao invés de fontes primárias, a fim de apresentar a produção acadêmica dessa linha de pesquisa. Tanto a economia quanto a teologia lidam com questões normativas e seus objetos de estudo podem se interseccionar. O artigo expõe a presença de discussões econômicas nos escritos anteriores ao estabelecimento da economia como disciplina e como ideias teológicas influenciaram as ideias econômicas. Ele cobre o período dos primeiros teólogos cristãos, e prossegue pela Idade Média, Reforma e Renascimento e a tradição britânica de teologia natural, incluindo grupos católicos e protestantes que tentaram resistir à separação entre economia e teologia na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Economia e teologia. História do pensamento econômico. Interdisciplinaridade. Teologia econômica. Economia política.

Abstract: The article follows the research in the interdisciplinary field of economics and theology, from the point of view of the history of economic thought. The article uses a scoping review, focusing on the literature produced by scholars, instead of primary sources, in order to present the academic production of this line of research. Both economics and theology deal with normative questions and its objects of study might intersect. The article exposes the presence of economic discussions in the writings before economics became a discipline and how theological ideas influenced economic ones. It covers the period of the first Christian theologians, and goes through the Middle Ages, Reform and Renaissance, and the British tradition of natural theology, including Catholic and Protestant groups that tried to resist the separation between economics and theology in the first half of the 20th century.

Editor responsável: Ivan Colangelo Salomão

^a Submissão: 10/05/2024 | Aprovação: 12/10/2024 | DOI: 10.5380/re.v45i87.95466

^b rga1605@gmail.com



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Keywords: Economics and Theology. History of Economic Thought. Interdisciplinarity. Economic Theology. Political Economy.

JEL: A12. A13. B11. B12. Z12.

1. Introdução: relações íntimas entre economia e teologia

A relação entre economia e religião é bem explorada na literatura econômica moderna. Entende-se que a religião e a economia estão intimamente relacionadas, haja vista alguns textos e teorias célebres: Max Weber ([1904] 2004) escreveu uma das obras mais importantes das ciências sociais analisando a relação entre as práticas comerciais puritanas e o surgimento do capitalismo e suas práticas econômicas; a teoria econômica da religião busca aplicar a teoria da escolha racional para explicar fenômenos religiosos, incluindo a escolha da fé de uma pessoa (Iannacone, [1998] 2023; Witham, 2010; Oliveira, 2017); do ponto de vista da história econômica e economia institucional, a religião tem um papel importante na determinação dos resultados históricos de economias locais e nacionais (McCleary; Barro, 2019; Becker *et al.*, 2021).

Mas alguns autores vão mais além. Walter Benjamin deixou um dos fragmentos literários mais discutidos do século XX, que ganhou o título de “Capitalismo como religião” (Benjamin, 1921). Sua tese é simples: as “preocupações, aflições e inquietações” que antes eram supridas pelas estruturas religiosas, agora são supridas pelo capitalismo. Ele é uma religião quase perfeita: livre de obrigações e das amarras da liturgia, qualquer pessoa pode ter uma relação pessoal com os humores do mercado; não há dias especiais, pois todo dia é uma oportunidade para empreender; não necessita de teologia, nem dogmática, muito menos de espaço cultural; as cédulas bancárias substituem as imagens de santos e os preceitos de oferta e demanda guiam seus fiéis (Benjamin, 1921, p. 21-25).

A ideia de que o capitalismo assume feições religiosas, essencialmente substituindo a religião tradicional na busca de sentido humano é estudada em uma literatura vasta (e.g. Goudzwaard, [1979] 2019; Cox, 2016; Sung, 2018; Deutschmann, 2019; McCarraher, 2019). Seguindo Taylor (2010) e Josephson-Storm (2017), a era secular não é definida pela expansão do desencantamento, mas onde várias religiões e não-religiões coexistem no mesmo ambiente de discursos. Oportunidades são criadas para refletir sobre o papel que a religião exerce não somente sobre a economia como objeto, mas também sobre a economia como disciplina.

Robert Nelson ganhou fama com o livro *Economics as religion* (Nelson, 2001), argumentando que os economistas se assemelham mais a pregadores. Ele chamou a atenção para a influência da teologia cristã na formação da ciência

econômica anglo-americana. Seu livro é provocante porque a economia é estereotipada como uma ciência racional, livre de valores de julgamento. Ao retratar uma ciência econômica como sucessora da teologia e com objetivos de transformar o mundo num estado cada vez mais paradisíaco, Nelson mostra como a história do pensamento econômico pode subverter as ambições de neutralidade da economia. Porém, como observou Deutschmann (2019), seria mais acurado que Nelson desse ao seu livro o título de *Economics as theology*. Em uma obra anterior, ele dissertou sobre o significado *teológico* da ciência econômica (Nelson, 1991) e admite seu programa de pesquisa é “teologia econômica” (Nelson, 2004). Um exemplo de seu argumento é a conclusão de Koyama e Rubin (2022) de seu *survey* sobre o enriquecimento da humanidade. Eles argumentam que o mundo ficou mais rico graças à tecnologia e é o dever da história econômica deixar isso claro; tecnologias ainda não descobertas serão a solução de problemas como a mudança climática. Koyama e Rubin, assim, constroem uma narrativa de que, não importam os percalços do trajeto, no fim “vai valer a pena”, pois o progresso econômico é um caminho misterioso e que está em toda esquina, mas é o dever dos economistas analisar esse processo, com fins de o defender e expandir, pois é aí que está a “salvação”. A narrativa de Koyama e Rubin é fundamentalmente tecno-salvacionista, ecoando os fundadores cristãos da American Economic Association (cf. Nelson, 2001). Mas não se pode ignorar que essa narrativa é incompleta, pois ignora que a tecnologia não é apenas uma bênção, mas também um instrumento de poder, fraude e coerção. Isso eleva a tecnologia a um nível supersagrado, uma divindade redentora acima de críticas.

Uma forma vulgar de ver a relação entre economia e teologia, inspirada em preconceitos iluministas, é usar o termo “religião/teologia” como falsa equivalência para desqualificar outros economistas, como se ideias “teológicas” pertencessem a um nível inferior de pensamento e não merecessem nem ser discutidas. Galbraith (1976, p. 219) se referiu à lei de Say como uma “teologia” que Keynes deu fim. Semelhantemente, Foley (2006, p. xiv-xv) chamou a economia ortodoxa de “teologia”, por se basear em discursos filosóficos especulativos. Tais comparações não fornecem uma análise ou crítica adequada da teoria econômica e das suas consequências na sociedade. Por exemplo, um dos tópicos mais discutidos na história do pensamento econômico do iluminismo escocês recente é se *A riqueza das nações* deve ser entendida como uma

contribuição à teologia natural. Blaney (2024) argumenta que, desde os primórdios da economia política, economistas buscam explicar a origem das doenças sociais e vindicar a operação de uma providência, representada por uma “ordem natural” espontaneamente formada – isso é o que chamamos de teodiceia, na descrição clássica do problema descrito por Hume ([1779] 2016, p. 109): “É [a divindade] desejosa de prevenir o mal, mas incapaz? Então é impotente. É capaz, mas não é desejosa? Então é malevolente. É capaz e desejosa ao mesmo tempo? Onde vem então o mal?”

De onde vem o mal econômico? É possível atribuir a uma ordem natural características divinas? Existe solução? São perguntas que não são exclusivas da teologia, mas que caminham com a humanidade (Oslington, 2023, p. 38). Como Nelson (2001) lembra, economistas têm escrito possíveis soluções: enriquecimento, tecnologia, revolução social. Essas soluções também têm propriedades redentoras, que fazem “valer a pena” os seus custos. Por isso, Sung (2018, p. 33-40) argumenta que a teologia – que normalmente é associada à teologia sistemática, o estudo aprofundado das doutrinas – também pode ser vista como uma “hermenêutica da história”, que se integra com vários campos nessas discussões, incluindo economia. Para Oslington (2017, p. 2), a história é o melhor ponto de contato entre estudiosos da economia e da teologia por demonstrar essas fontes compartilhadas entre ambas as disciplinas. Assim, o estudo das relações entre economia e teologia pode enriquecer os estudos sobre a história do pensamento econômico. Esse tópico é pouco estudado em língua portuguesa, no momento em que ele demonstra ser relevante nos principais centros de produção historiográfica.

Para esses fins, o artigo é uma revisão de escopo (*scoping review*). Revisões de escopo são comuns nas ciências médicas, cujo objetivo é sintetizar pesquisas nas áreas de interesse, para “mapear ou articular o que é conhecido sobre conceitos-chave, derivados de um conjunto de fontes, como resultados de pesquisas, literatura cinza [que ainda não foi revisada por pares] e opinião de especialistas” (Peterson *et al.*, 2016, p. 2). O objetivo, então, é apresentar a literatura sobre determinado tópico, preparar material para uma revisão mais sistemática, fornecer sínteses focadas numa questão a ser pesquisada e apresentar conclusões e questões abertas no campo em questão. Devido à sua transversalidade com as ciências médicas, a economia da saúde age como pioneira em revisões de

escopo nas ciências econômicas (e.g. Coast *et al.*, 2019; El Alili *et al.*, 2022; Elshahat *et al.*, 2020). Mesmo que não haja uma tradução literal das práticas, por serem campos diferentes (as ciências médicas lidam com experimentos em seres vivos, a história do pensamento com leitura e interpretação de autores), revisões de escopo devem ser aproveitadas em outros campos – Gagnon e Dong (2023), por exemplo, fazem uma revisão de escopo sobre as práticas potencialmente perigosas das empresas farmacêuticas analisadas na literatura; mesmo que seu artigo aborde a indústria médica, ele não lida com experimentos.

O artigo aplica a metodologia de revisão de escopo parcialmente (usando uma amostra parcial de vários subtemas, ao invés de toda a literatura de um tema só), pois ele está focado em apresentar diversos tópicos sobre a relação histórica entre economia e teologia, usando um corte temporal extenso. Tal procedimento é útil para capturar as principais discussões sobre como que a economia evoluiu conjuntamente e se separou da teologia, e pode ainda manter vestígios teológicos relevantes. Essa decisão leva em conta a justificativa do parágrafo anterior: introduzir e incentivar maior produção nesse tópico de pesquisa em língua portuguesa. Assim, devido à natureza do método, não há necessidade de recorrer a fontes primárias, o que seria indispensável numa revisão de literatura tradicional. O ponto de partida são pesquisas sobre os primeiros teólogos cristãos, chamados de Pais da Igreja, então o artigo progride para filósofos islâmicos, doutores escolásticos, reformadores, jansenistas e a tradição da teologia natural britânica, até a formalização da economia como disciplina.¹

2. Primórdios do pensamento econômico: intuições, ética e lei natural

A atividade econômica sempre existiu, de uma forma ou outra. Como colocou Tribe (2015, p. 23), antes da formalização das ideias econômicas, “as trocas de trabalho, tempo, bens e dinheiro no processo de sustentar vidas humanas,

¹ O artigo se foca principalmente na contribuição cristã ao desenvolvimento do capitalismo e da economia, fundamental para o argumento de que o capitalismo se torna uma religião. A representação excessiva de artigos lidando com uma perspectiva cristã e ocidental é um problema reconhecido na literatura (Brody, 2022; Singh, 2022). Bruni (2024, p. 4) argumenta que o capitalismo é “parasita” do cristianismo, enquanto que Millbank (2006, p. 47) argumenta que o pensamento econômico iniciado por Malthus pode ser considerado uma “heresia” cristã. Todeschini (2021, p. 431) argumenta que o surgimento da racionalidade econômica no período medieval está ligada à expansão do preconceito contra os judeus, em que eles são considerados “uma doença que afeta o corpo político cristão.” Por isso, o artigo tenta incluir outras perspectivas relevantes.

famílias e comunidades” acompanham a humanidade antes das primeiras civilizações urbanas. Isso também foi demonstrado por Marshall Sahlins ([1972] 2017) em seu clássico de antropologia *Stone Age Economics*. Por isso, quando estamos analisando aquilo que Ana Maria Bianchi (1989) chamou de “pré-história da economia”, devemos estar cientes do seu contexto. Por exemplo, Walter (2023) demonstra como as definições de economia política de Ricardo e Malthus diferiam das modernas, fazendo com que muitos economistas recentes projetassem suas definições de economia neles, como se estivessem “grávidos” da economia moderna. A presença de problemas como esse demonstra que revisões de escopo têm certos limites, pois os estudos analisados tendem a não ser separados por qualidade (Peterson, *et al.*, 2016, p. 3). Para isso, quando há diferentes interpretações, como sobre a Escola de Salamanca ou Adam Smith, o artigo menciona essas diferenças, contextualizado brevemente as ideias em questão.

2.1 Intuições econômicas nos primórdios da teologia

Com a organização do cristianismo, começa a se desenvolver um corpo teológico, que busca sistematizar as doutrinas sobre Deus. Foi a partir desse momento que o individualismo começou a despontar (Gordon, 1986; González, [2002] 2015; Luz; Fracalanza, 2013; Leshem, 2016; Hengstmengel, 2021a). Porém Malina (1997) adverte que, durante esse período, esses escritos eram insuficientes para constituir uma “abordagem científica,” e que devemos ser cuidadosos para não ler as intuições econômicas anacronicamente (Gotsis; Merianos, 2012). Mesmo assim, Gordon (1989) coleta alusões nos escritos bíblicos e dos Pais da Igreja ao “problema econômico”, definido como a escassez. Agostinho de Hipona (354-450) sistematiza a ideia de escassez como consequência do pecado; instituições como o Estado são estabelecidas pela Providência para não só punir, mas redimir o mundo, assim como o trabalho, incluindo o trabalho comercial, são meios de contribuir para essa redenção (Gordon, 1989, p. 126). Agostinho se tornaria o teólogo mais influente da Idade Média e suas intuições econômicas também são refletidas no pensamento escolástico.

Foi durante a Baixa Idade Média que uma visão unificada de teologia evoluiu, assim como suas aplicações a assuntos econômicos. Smith (1963, p. 296) mostra que a teologia era a “rainha das ciências”, “porque sua linguagem era melhor definida; suas implicações eram dignas de meditação, e era o tópico no

qual os estudiosos tendiam a ter uma biblioteca adequada.” As ideias econômicas tanto nos territórios islâmicos quanto na Europa Ocidental² eram profundamente ligadas às ideias teológicas. Textos relacionados a problemas econômicos eram “parágrafos,” partes de tratados mais gerais (Chaplygina; Lapidus, 2014, p. 20). Por muitos anos, a literatura em história do pensamento econômico considerou que havia um “grande intervalo” entre as ideias econômicas dos filósofos gregos e o escolasticismo (Schumpeter, 1954, p. 73). Com a maior facilidade ao acesso dos escritos de filósofos islâmicos medievais, a tese do intervalo pode ser seguramente descartada.

2.2 O pensamento islâmico

A introdução dos escritos dos filósofos gregos, incluindo Aristóteles, foi fundamental para a formação da filosofia islâmica. Nomes como Abu Yusuf (731-798), al-Ghazali (1058-1111), Avicena (980-1037), Nasir Tusi (1201-1274) produziam noções de divisão do trabalho e mecanismos de oferta e demanda, buscando conciliar a atividade econômica com a jurisprudência islâmica, como a observação de costumes de consumo e proibição de juros (Ghazanfar, 2003; Islahi, 2005; Hosseini, 2006). O mais conhecido foi Ibn Khaldūn (1332-1406), por suas descrições e análises de natureza econômica e antecipar intuições de ciclos econômicos, economia regional e divisão do trabalho (Boulakia, 1971; Lenk; Moraes, 2024). Nasir Tusi reconhece a necessidade de uma “ciência da vida da cidade” (*hekmat-e-madami*), que é “o estudo das leis universais governando o interesse público, direcionadas por cooperação até a (perfeição) ótima”, algo que Hosseini (2006, p. 39) argumenta ser semelhante às definições modernas de Marshall. Porém, a influência dos filósofos islâmicos no pensamento ocidental cessa após o estabelecimento da tradição escolástica. Nos países islâmicos, porém, a jurisprudência islâmica continua a ser sistematizada como fundação ética, com o objetivo de manter a ética das relações econômicas e financeiras de acordo com os preceitos islâmicos (Fernandes, 2010; Kizilkaya, 2019; Zaman, 2022).

² Nesses territórios, incluem-se também pensadores judeus, como Maimônides (ver Baron, 1941). Ver também os escritos econômicos da cristandade medieval oriental (Baloglou, 1998).

2.3 Escolasticismo

A recuperação de Aristóteles pelos filósofos islâmicos, permitiu a migração de suas ideias para a Europa Ocidental (González, 2013), onde, após ser combinado com a tradição legal romana e a tradição teológica agostiniana, deu origem ao escolasticismo (Langholm, 1998). Surge nessa época, desenvolvido principalmente por Tomás de Aquino, a ideia de “lei natural”, em que a existência de uma Providência Divina implica a existência de um princípio de “vida abundante”, a *eudaimonia*, alcançada quando a lei humana – que deve considerar “um alto grau de particularidade e contingência” (Cendejas, 2017, p. 19) – harmoniza com a divina; ignorar esses princípios atrai catástrofes (O’Brien, [1920] 2001; Cendejas, 2017; Plopeanu, 2020). Como principal instituição do medievo, a Igreja Católica promovia uma economia mais focada na distribuição dos bens, ao invés de oportunidades de lucro. As questões econômicas que os estudiosos discutiam eram “isso é justo?” ao invés de “isso é lucrativo?” (Smith, 1963, p. 220). Essa contradição, porém, era algo sobre o qual os escolásticos meditavam. Langholm (1987, p. 116-117) cita o caso de Petro Olivi (?-1298), que argumentou ser razoável aumentar o preço de produtos além do seu preço justo em tempos de escassez, porque, senão, a pessoa dona do produto não vai querer abrir mão dele. Da mesma forma, Alberto Magno (?-1280) também vê problemas com incentivos, porque pessoas que trabalham mais, podem deixar de trabalhar se não forem recompensadas, que pode ser interpretado como um entendimento rudimentar da tragédia dos comuns (Smith, 1963, p. 122).

Os escolásticos estavam cientes de vários problemas econômicos. Para eles, a justiça era o principal fator a ser considerado na análise de transações econômicas. Enquanto a propriedade privada não era proibida, pelo contrário, era usada como forma de evitar desordem social (O’Brien, [1920] 2001, p. 25; Langholm, 1998, p. 166), ela vinha da lei humana (Cendejas, 2017, p. 33), e deveria ser usada para o bem da comunidade (Benton, 2020, p. 292). A usura era proibida porque muitos dos empréstimos feitos nessa época eram para pessoas pobres poderem comprar comida, logo o credor tinha muito mais poder sobre quem tomava emprestado (Langholm, 2014; Chaplygina; Lapidus, 2021). Se empréstimos eram “como uma venda com pagamento atrasado”, eles poderiam facilmente se tornar em uma “apropriação dos frutos do esforço do tomador de empréstimo,” (Berendt, 2023, p. 29). Uma pergunta que pode ser extraída dessa

discussão é: “as escolhas econômicas de uma pessoa são realmente livres?” (Langholm, 2014, p. 44), pois se há um desequilíbrio de poder, há também um desequilíbrio moral e, portanto, uma violação da lei natural divina. A extensão da lei divina modifica o entendimento sobre o trabalho; entre as ordens monásticas, como os beneditinos, a ideia de trabalho como liturgia (*ora et labora*) começava a ganhar fôlego (Bruni, 2024, p. 13) e a mudança das relações econômicas confrontaria essa realidade.

2.4 Renascimento e Reforma: a expansão da sociedade comercial

No século XVI, com o Renascimento e a Reforma, o pensamento escolástico perdeu grande parte de seu poder, mas sobrevive especialmente na Espanha (Langholm, 1987, p. 116). Os escritos econômicos desses autores foram condensados naquilo que Marjorie Grice-Hutchinson popularizou como Escola de Salamanca, em razão de Salamanca ter sido o centro universitário da Espanha na época (Grice-Hutchinson, 1952, p. xi). As ideias econômicas dos escolásticos espanhóis foram influenciadas pela revolução dos preços, devido ao influxo de ouro no país, levando à inflação e posterior baixo desempenho econômico. Nomes como Francisco de Vitória (1483-1546), Tomás de Mercado (1525-1575), Diego de Covarrubias (1512-1577), Martín de Azpilcueta (1491-1586) e Domingo de Soto (1494-1560) discutiam sobre o valor do preço justo numa economia em que os preços eram instáveis deram origem a várias discussões sobre economia monetária, incluindo intuições de uma teoria quantitativa da moeda (Grice-Hutchinson, 1989, p. 23; ver também Teixeira, 2012; Carvalho; Silva, 2021). Debates sobre o controle ou não de preços ocorriam entre Tomás de Mercado, que defendeu o controle de preços de grãos com base de que o preço era parte da lei humana e deveria ser controlado, e Luis de Molina (1535-1600), que defendeu que o preço dos grãos seria melhor determinado com os comerciantes e produtores de grãos (Decock, 2020). É também importante para o pensamento econômico latino-americano, pois autores nascidos ou ativos nas colônias espanholas ajudaram a formar um “pensamento escolástico hispano-americano” (Popescu, 1986; 1997, p. 33).

Economistas da Escola Austríaca veem a Escola de Salamanca como seus ancestrais. Rothbard ([1976] 2016; 2006) popularizou a ideia de que, devido à sua defesa do mercado livre e preocupação com o lado monetário da economia, os

escolásticos devem ser considerados ancestrais da tradição liberal e da Escola Austríaca. Tal interpretação foi defendida por Grice-Hutchinson, Popescu e Raymond de Roover (D’Emic, 2014, p. xvii); a origem espanhola é parte da identidade austríaca (Huerta de Soto, 1996; Iorio, 2017; Popleanu, 2020; Afanasiev, 2023) e serve para legitimar a ideia de um “mercado livre cristão” (Martins, 2016; Light; Block, 2017).

Tais interpretações são contestadas por autores que não são filiados à Escola Austríaca (Lowry, 1996, Denis, 2015). Langholm (1998, p. 61) considera que é um dos “argumentos mais tolos na história do pensamento econômico.” A interpretação de que havia um mecanismo de mercado robusto nos escritos escolásticos “faz pouco sentido” (Chaplygina; Lapidus, 2014, p. 25). Rothbard cometeu erros de interpretação, pois é possível demonstrar que autores associados à Escola de Salamanca podiam fazer uma opção pelo intervencionismo (Reese, 2015; Decock, 2020). Além disso, a narrativa austríaca ignora a defesa escolástica da escravidão e do imperialismo (Bohrer, 2018; Iborra; Valdés, 2020; Wink, 2023), em favor de uma narrativa pristina. O próprio termo “Escola de Salamanca” é anacrônico, pois o termo “escola” é um conceito do século XX que não existia na época (Perdices de Blas; Ramos, 2023).

A partir do século XVI, o monopólio intelectual da Igreja Católica na Europa Ocidental começou a declinar (ver Taylor, 2010). As mudanças representadas pela expansão da sociedade comercial se traduzem em influências sobre a doutrina da Igreja. Le Goff (1993) argumenta que a doutrina do purgatório foi adicionada ao cânone católico para acomodar a classe mercantil. Autores como Lessius (1554-1623) (Decock, 2009) e Grotius (1583-1645) (Lapidus, 2023) argumentam em favor dos mercadores e da permissão à usura, divulgando alguns dos argumentos mais contundentes que deram fim ao escolasticismo. Embora a ciência econômica só se separará completamente da teologia a partir do século XIX, no Reino Unido (Waterman, 2001), tais indícios já se encontram em alguns autores medievais. Para Bruno e Santori (2023), o voluntarismo do teólogo escocês João Duns Escoto (1265-1308), que entende que a criação é um ato de livre arbítrio feito por Deus, permite que as ações egoístas de uma pessoa podem ser boas e lucrativas, a fim de se adaptar a novas realidades econômicas. Duns Escoto abriu a porta para entender o mercado como mecanismo complexo e, mais tarde, ele seria uma das principais influências sobre Calvino.

A reforma protestante foi catalisadora de mudanças profundas na economia (Weber [1904] 2004; Troeltsch, 1912; Biéler, 1999; Taylor, 2010; Bruni, 2024). Mas as ideias econômicas dos reformadores refletiam muito mais o pensamento dos seus predecessores. Lutero (1483-1546), por exemplo, era contra a usura e a venda de indulgências por considerar elas como violações da lei divina e exploração por parte da Igreja Católica (Hecker, 2017; Bruni, 2024); seu ataque à ideia de salvação pelas obras era também um “ataque à economia de lucros nascente”, tornando as riquezas em ídolos (Lindbergh, 2016, p. 377-378). Marx, que nutria certa simpatia por Lutero, chamou ele de “o primeiro economista alemão” (Hecker, 2017, p. 301; ver também Caldas, 2016; Hilincky, 2016).

Já em Calvino (1509-1564), vemos um pensamento econômico relativamente mais robusto (Biéler, [1959] 1990); sua leitura cultivava o interesse em economia política, escreveu Pieter Diephorst, em 1904 (Hengstmengel, 2023, p. 920). Como colocou Bruni (2024, p. 48), as doutrinas calvinistas permitiam concluir que “se as pessoas não podem mudar a economia divina, nossas boas ações e bênçãos devem ser direcionadas à economia humana e seus fins.” Genebra, cidade onde ele se estabeleceu, já tolerava a usura e protegia emprestadores. Calvino forneceu um fundamento teológico para liberar empréstimos, pois via o dinheiro “como mercadoria”, para promover a atividade econômica (Castro e Souza, 2008, p. 197). Assim, também se justifica a ideia de trabalho como vocação, para o benefício da comunidade (Costa, 2014). Citando o político italiano Amintore Fanfani, Bruni (2024, p. 55) argumenta que o capitalismo encontrou um solo fértil na teologia da reforma porque, ao separar a salvação das obras, agora era possível relativizar as preocupações éticas cristãs que caracterizaram a perspectiva medieval.

Na França, uma teologia econômica católica robusta se desenvolve como alternativa ao protestantismo e aos ideais puritanos de indústria e austeridade, que também estão relacionados com os começos da industrialização francesa (Coleman, 2021). O huguenote Antoyne de Monchrétien (1575-1621) introduz o termo “economia política” em 1615, para dar sustentáculo à administração econômica mercantilista, onde “a França seria administrada com o objetivo de gerar lucros, como a propriedade privada de *le roil soleil*” (Waterman, 2008, p. 123). Os escritos econômicos dos teólogos e filósofos jansenistas, influenciados por Agostinho e Hobbes, emergiram nesse contexto. Eles acreditavam em dois

aspectos que iam de encontro à doutrina católica e o escolasticismo: a graça irresistível (o ser humano é pecaminoso, e nada lhe pode salvar, a não ser a graça de Deus) e o amor próprio (inclinação humana ao prazer); a graça classifica os atos humanos em bons ou ruins (Menuet, 2017, §11-17). Através dessa graça, as ações egoístas podem contribuir para o bem comum. Mesmo que seja embaraçoso a um cristão agir egoisticamente, existe uma “mão invisível” que dá forma à coesão social e “redime” o egoísmo das ações (Singh, 2016, p. 5; Orain, 2021, p. 67). A proibição contra aquilo que os escolásticos chamavam de “usura” se torna apenas uma recomendação, que segue, em princípio, os ensinamentos de Cristo (Menuet, 2017, §89, 98). Temos então o fundamento para o conceito de “vícios privados, benefícios públicos.”³

Pierre de Boisguilbert (1646-1714), um dos primeiros economistas políticos a defender explicitamente o *laissez-faire*, tinha formação jansenista; a sua “harmonia” era um estado de equilíbrio “no qual os agentes econômicos podiam realizar suas inclinações naturais” através do mercado (Facarello, 2023, p. 40); por meio de uma economia governada pela Natureza, através do seu mecanismo de coordenação de preços, uma alternativa ao mercantilismo era possível (Waterman, 2008, p. 124). A graça de Deus iria se manifestar no sucesso sustentável (pois Deus concede sucesso a governantes ruins para que eles caiam por seus próprios erros), “se o Senhor quiser, e se fizermos a coisa certa[...] é possível que a França e a Europa prosperem.” Pedagogos jansenistas usaram exemplos da história do comércio para demonstrar que havia uma Providência guiando as decisões econômicas para resultados históricos harmoniosos (Orain, 2021, p. 71). Apesar de não conseguir convencer a aristocracia católica, o que redundou em perseguições (Boisguilbert foi exilado), o jansenismo teve influência na França pré-revolucionária (Orain, 2014). Eventualmente suas ideias foram acolhidas, junto com a teologia natural newtoniana de leis divinas e imutáveis, pelos fisiocratas (incluindo Quesnay) e autores ingleses, como David Hume (que as secularizou) e Adam Smith (Waterman, 2008, p. 127-129).

³ Bernard de Mandeville, que popularizou esse conceito com sua *Fábula das abelhas*, foi educado por jansenistas (cf. Verburg, 2016).

2.5 Herança inglesa

Os herdeiros ingleses de Calvino, dissidentes e puritanos, continuaram a combinar religião e a nascente economia política. Os dissidentes eram todos os cristãos em território britânico que não subscreviam à liturgia anglicana, englobando dezenas de grupos cujas diferenças podiam ser profundas. Numa era em que a cidadania era ligada à adesão à igreja oficial, os dissidentes faziam uma escolha que lhes davam uma quantidade menor de direitos. Muitos deles migraram para as colônias americanas, enquanto os que permaneciam no Reino Unido tinham que lutar contra a constante ameaça do governo em limitar suas liberdades (Webb, 1996; Thomas, 2020). Webb (1996) coloca os dissidentes como parte do Iluminismo racional, enquanto Pocock (1989) vê eles como iluministas conservadores.⁴ Devido a esses medos, os dissidentes construíram uma cultura de “cavalheirismo”, para resolver questões sem recorrer ao sistema jurídico, que beneficiaria anglicanos, e fornecer uma rede de apoio entre si, além de evitar oportunismo (Shapin, 1991; Mitch, 1999; Mokyr, 2010). Essas atitudes favorecem o surgimento de uma cultura empreendedora na Inglaterra (Munro, 2010). Devido à sua exclusão de universidades e profissões mais prestigiosas como pastores, advogados e juizes, os dissidentes se voltavam à nascente indústria, sendo responsáveis pela fundação de escolas independentes, especialmente na Escócia presbiteriana (Freeman; Louçã, 2001, p. 170). Os quacres, por exemplo, foram pioneiros em ética comercial⁵ (Brigham; Kavanagh, 2020). Mokyr (2021) atribui essa mudança na busca de invenções práticas como a razão pela qual a revolução industrial se propagou no Reino Unido.

Ética, economia e teologia eram constantes também nos Estados Unidos (Valeri, 2010; Calvo, 2020). Laurence Moore (1994) demonstrou como as instituições de mercado estadunidenses e as reações das autoridades eclesiásticas evoluíram conjuntamente, construindo juntamente a moderna cultura consumista estadunidense. McCarraher (2019) mostra que, apesar das exortações de práticas cristãs cavalheirescas e não se deixar levar pelo luxo, o sucesso no comércio era visto como uma bênção divina. Um “evangelho da prosperidade” surge na América

⁴ O historiador Elie Halévy argumentou que a ascensão do metodismo, um grupo dissidente da metade do século XVIII, ajudou a evitar uma revolução como a francesa no Reino Unido, por causa de suas mensagens pacíficas; tal interpretação, famosa durante um tempo, é considerada ultrapassada (Gilbert, 1993).

⁵ Anthony Bezenet (1713-1784), um professor quacre, foi um dos pioneiros em utilizar argumentos de economia política, junto com argumentos religiosos, para defender a abolição da escravidão (Silva, 2024, p. 109-113).

inglesa colonial. Mas esse permanece um lado pouco explorado na história do pensamento econômico, pois a maioria dos escritos puritanos emergiam na forma de artigos em revistas populares e coleções de sermões, ao invés de tratados de economia política (Santori, 2022, p. 248). Apesar disso, economia e teologia ainda eram, na prática, a mesma coisa, embora o embrião do capitalismo como religião surgiu nesse momento.

Assim, o *milieu* britânico era fundamentalmente religioso, refletindo nos escritos dos economistas políticos britânicos. A influência de conceitos teológicos nos escritos de Adam Smith (1723-1790) é um tema em voga na literatura de história do pensamento econômico recente, com a chamada “nova visão” sobre Smith (Kim, 1997; Hill, 2001; Waterman, 2002; Alvey, 2004a, b; Kennedy, 2011; Oslington, 2011; 2012; 2017; 2018; Naser, 2018; Heydt, 2017; Kopajtic, 2019; Matson, 2021; Long, 2022). A teologia de Adam Smith foi durante muito tempo considerada irrelevante para o entendimento de sua obra⁶, algo que a nova visão está mudando. Se Adam Smith pode ser considerado o fundador da ciência econômica, existe uma ironia, de que há um “primeiro Adão” nas religiões do Livro e um “último Adão” na economia.⁷ A importância dos fatores teológicos nos escritos de Adam Smith foi enfatizada por Viner (1972, p. 81-82): todo o aparato smithiano é “providencial, criado por Deus para o benefício da humanidade.”

Indícios da influência teológica estão presentes na literatura antiga. Long (2022) afirma que Dugald Stewart, em sua biografia de 1795, já postulava a importância de ideias teológicas em Smith. Morrow (1927, p. 325, 333) enfatizou que o liberalismo político, religioso e econômico eram manifestações do mesmo tema, permitindo que a fé na harmonia de interesses se concretizasse, com base na teologia natural da época: as instituições são sustentadas por um poder acima dos homens. Assim *A riqueza das nações* é vista como uma obra de teologia natural da mesma forma que os *Principia* de Newton, pois, em seu contexto, a teologia

⁶ Alvey (2004a, p. 345) argumenta que ignorar a teologia natural é uma projeção de autores seculares, que não deram a devida atenção ao contexto em que Smith escrevia.

⁷ Referência a 1 Coríntios 15:45, “O primeiro homem, Adão, foi feito em alma vivente; o último Adão em espírito vivificante.” Embora a literatura, durante certo tempo, acreditou que a o título *Riqueza das nações* viesse da Bíblia, Ballor (2017) demonstra que não é o caso, embora Smith cite a Bíblia constantemente (ver apêndice 3 de Long, 2022). Swierczek e Jousee (2014), escrevendo de um ponto de vista interseccional com o budismo, argumentam que Smith pode ser considerado um *bodhisattva*, por seus ensinamentos convergirem com o ideal budista. Ver Nasser (2018) para uma visão islâmica sobre Smith.

natural era o principal discurso intelectual no Reino Unido do século XVIII (Murakoshi, 1988; Waterman, 2002; Harrison, 2011; Kooi; Ballor, 2021).

Vários autores acreditam que a mão invisível pode ser entendida por meio da teologia natural. Tratar esse conceito como mero eufemismo ou metáfora para um equilíbrio competitivo profano seria uma “distorção” da intenção de Smith (Hill, 2001, p. 19). Para a tradição britânica de teologia natural, o cuidado de Deus era dividido entre providência geral, o cuidado de Deus pela regularidade do universo, e a providência especial, em que Deus agia de forma “irregular”; a mão invisível seria uma forma da providência especial agindo de forma contraposta, mas que sustenta a providência geral (Oslington, 2011).⁸ Essa interpretação dá unicidade às referências à mão invisível, pois permite explicar a falta de menção ao conceito em outros escritos como sendo subentendido, pois “a providência especial é rara e imprevisível” (Oslington, 2012, p. 436). O foco é a “beleza da ordem” derivada da providência (Kooi; Ballor, 2021, p. 35); defeitos são parte do sistema, para alcançar os fins do Criador, incluindo ressentimento e ócio (Hill, 2001, p. 19; Schwarze; Scott, 2015; Santori, 2022). Assim, há consequências morais: quando nossas ações estão alinhadas com a providência, o interesse privado pode ser um guia para a conduta correta e o mercado pode ser seu vetor (Waterman, 2002, p. 914). Apesar disso, Alvey (2004a,b) argumenta que tal interpretação é panglossiana, de que “estamos vivendo no melhor dos mundos.”⁹ Assim, Smith acreditava que a tendência era que a sociedade evoluísse de politeísmo para monoteísmo, uma forma “mais perfeita” (Long, 2022; Hurtado, 2023). Igualmente Kopajtic (2019, p. 71) argumenta que Smith entendia que a crença numa vida pós-morte, onde os atos de uma pessoa seriam julgados, era condição necessária para uma sociedade estável, pois fornecia uma fundação para a justiça.¹⁰ Long (2022) argumenta que a causa final da ação criativa divina é “o

⁸ Embora Hill (2001) considere a mão invisível como parte da providência geral.

⁹ Hill (2004) argumenta que isso é devido ao otimismo de Smith. Para Ruffier (2023, p. 102) a “psicologia humana seria providencialmente estabelecida, e, portanto, não poderia ser viciosa.” Long (2022), porém, afirma que falta uma teodiceia a Adam Smith e que consequências não-intencionais negativas devem ser melhor analisadas. Oslington (2023, p. 51) afirma que a busca por uma teodiceia em Smith é irrelevante.

¹⁰ Smith é visto como alguns autores como precursor da economia da religião, por entender o papel econômico nas disputas religiosas de sua época (Anderson, 1988; Ekelund et al., 2005). Porém Leathers e Raines (2008) argumentam que essas interpretações são anacrônicas e não capturam a complexidade do pensamento de Smith sobre religião. A literatura vê uma análise da religião emergindo dos escritos de Smith, que, novamente, estava relacionada com seus escritos de natureza econômica (Hanley, 2015; Sagar, 2021; Hurtado, 2023).

desejo de produzir uma sociedade de pessoas virtuosas e felizes,” assim a mão invisível é o modo que Deus dotou aos seres humanos para alcançar esse fim.

Apesar disso, há questionamentos sobre a fé de Adam Smith. Suas primeiras palestras na Universidade de Glasgow foram sobre teologia natural, com foco na existência de Deus e dos princípios religiosos da mente humana. Porém, suas notas sobre esse curso foram destruídas a seu pedido após sua morte (Kim, 1997, p. 115). Smith era reservado quanto à religião e Oslington (2023, p. 48) acredita que essa discussão não é produtiva; dependendo da interpretação, ele pode ser um irreligioso, deísta ou cristão calvinista moderado. Isso não impede que a sombra dessa pergunta paire sobre os estudos. Kennedy (2011) argumenta que a fé de Smith foi se desvanecendo já em 1744, sendo sua confissão de fé calvinista um ato performativo. Smith considerou carreira eclesiástica, mas não pode prosseguir devido a essas dúvidas, e manteve a aparência de fé para não desapontar sua mãe, Margareth Douglas Smith, e evitar o assédio do presbitério de Glasgow. Além disso, suas referências a Deus nas edições subsequentes de *Teoria dos Sentimentos Morais*, demonstram sua perda de fé. Cremaschi (2014) similarmente argumenta que suas palestras sobre teologia natural eram críticas ao conceito, utilizando-se de ironia para demonstrar que o sistema estoico-cristão incentivava submissão ao mal, ao invés de luta; a existência de Deus não pode ser justificada em termos teóricos, mas sim em termos morais, para garantir o seu sistema de harmonia. Heydt (2017), em sua crítica à nova visão, argumenta que o que está realmente evidente é o viés naturalista de Smith. Oslington (2018), em sua resposta a Heydt, reafirma o compromisso teológico da obra de Smith, e que Heydt confundiu religião natural com teologia natural e que o discurso inglês era predominantemente teológico. *Contra* Kennedy (2011), Matson (2021) argumenta que, ao contrário, Smith ficou mais religioso com cada edição da *Teoria dos Sentimentos Morais*, como forma de conciliar as virtudes no mundo atual e no mundo vindouro. Por fim, Long (2022) retrata Smith como um cristão inconformado com a complacência da cristandade – para Smith, o plano de Deus é construir a Cidade de Deus agostiniana aqui na Terra, objetivo abandonado pelas igrejas de seu tempo.

Na virada do século XVIII, um grupo de economistas políticos cristãos no Reino Unido se levantou contra os jacobinos, partidários influenciados pela Revolução Francesa. Utilizando o princípio da população de Thomas Robert

Malthus (1766-1834) e a teologia natural de William Paley (1743-1805), eles defenderam a ordem conservadora inglesa contra as críticas inspiradas pela Revolução, como o jacobinismo e a crítica de William Godwin (1756-1836) à propriedade privada (Waterman, 1991, p. 6). Esse movimento foi posteriormente denominado de “economia política cristã” (Rashid, 1977; 1978; Waterman, 1991; McGauran; Offer, 2015), mas muitos dos seus contemporâneos se chamavam de “noéticos”, do grego “pensadores,” concentrados no Oriel College, de Oxford (Mandler, 1990, p. 86; Maas, 2008). Todo escritor inglês do século XVIII acreditava em “leis gerais”, que devem ser descobertas e obedecidas, e escritores cristãos viam o cristianismo como a cosmovisão que melhor cumpria essas leis (Waterman, 1991, p. 127, 145).

Malthus é considerado o primeiro desse movimento. Sendo um sacerdote anglicano, ele recebeu treinamento teológico extenso, mesmo que ele estivesse distante da ortodoxia¹¹ (Cremaschi, 2016, p. 51). Suas ideias econômicas e teológicas eram as mesmas (Pullen, 1981; 1987; Waterman, 1991; Cremaschi, 2014; Reisman, 2018). Ele é creditado com a defesa da propriedade privada e argumentar que um estado de igual liberdade e justiça para todos era “impossível” (Waterman, 1991, p. 26). Ele via a propriedade privada como a garantia da sociedade, por ser o incentivo principal para melhoria individual, assim como seu princípio da população: se o estoque de alimento cresce aritmeticamente e a população exponencialmente, foi assim que Deus determinou, para aperfeiçoar o ser humano (Pullen, 1981; Waterman, 1991, p. 107). A escassez se torna parte do plano divino e a economia política seria uma forma de administra-la, com disciplina e racionalidade, ao invés da anarquia da revolução. Logo, a busca em conquistar essa escassez se torna um dever moral e teológico.¹² Afirmações de que ele era um precursor da demografia são amplamente contestáveis (Cremaschi, 2014). Porém, sua influência sobre Darwin é clara (Pullen, 1987).

As ideias de Malthus, no sentido de utilizar a economia política como defesa do cristianismo ortodoxo de lei natural, influenciaram autores como John Bird Sumner (1780-1862), Edward Copleston (1776-1849), Richard Whately (1787-1863) e Thomas Chalmers (1780-1847), todos eles bispos ou sacerdotes

¹¹ Reisman (2018) sugere que ele pode ter sido um deísta. Waterman (1991, p. 108) escreve que ele estava “obcecado com o poder heurístico e eficácia da teologia natural.”

¹² Ideias similares já estavam em circulação décadas antes, ver Josiah Tucker (1713-1799) (Young, 1996).

anglicanos.¹³ Todos eles defendiam em graus diferentes o *laissez-faire* e viam a pobreza como uma provação para redundar em maior graça e progresso social. Copleston e Chalmers eram filantropos entusiasmados e não viam contradição entre suas práticas e ideias. Esse grupo teve influência na reforma da Lei dos Pobres e da Lei dos Cereais (Mandler, 1990; Bastos, 2018). Malthus argumentava que as Leis dos Pobres não eram ruins, mas ineficientes, e que geravam consequências não intencionais indesejáveis, como a falta de moralidade (Cremaschi, 2016, p. 68). Sumner teve papel importante nessa mobilização, acreditando que a queda da Lei dos Cereais foi em favor dos pobres (Scotland, 1995, p. 69). Chalmers enfatizou que a educação poderia ser uma resposta contra a pobreza e o excesso populacional (Waterman, 1991, p. 234), enquanto que Whately promoveu a educação enquanto arcebispo de Dublin como forma de praticar os princípios que ele sempre defendeu (Goldstrom, 1966; McGauran; Offer, 2015).

Whately, em particular, defendeu o princípio de que a economia política era uma ciência livre de julgamentos de valor e seu objeto de estudo – a riqueza – não poderia ser maligno, porque se baseia em princípios naturais que validam a ética cristã. Ele enfatizou que a economia política era a “ciência das trocas” (Rashid, 1977, p. 147). Consequentemente, governantes cristãos são os melhores para administrar a economia (Waterman, 1991, p. 207-211). Whately também promoveu a transparência como virtude, não só como um compromisso com Deus, mas também para o melhor funcionamento possível do mercado para se alcançar a plenitude (Levy; Peart, 2010).

A natureza apologética da economia política cristã acidentalmente foi responsável por dar apoio a fundamentos básicos da economia ortodoxa, como a centralidade da escassez e que explicações positivas são necessárias, mas não suficientes para a economia normativa, i.e. política social e econômica, independente de crenças, incluindo religiosas (Hilton, 1988; Waterman, 1991, p. 259; Waterman, 1993, p. 59). Além disso, Denis (2006) argumenta que Malthus e seus seguidores forneceram intuições importantes sobre como fatores micro e macroeconômicos se relacionam. A economia política cristã decaiu porque o jacobinismo também havia decaído e por ter sido preterida por autores como

¹³ Sumner chegou a ser arcebispo de Canterbury, o mais alto posto da Igreja Anglicana (ver Scotland, 1995, p. 111-132).

Ricardo e James Mill, cujas alternativas seculares de economia política ganhavam força (Waterman, 1991, p. 255; Maas, 2008; Pullen, 2015, p. 30). A sociedade britânica iria mudar, tornando-se mais secularizada (Moore, 1990). As escolas de teologia atraíam cada vez menos os melhores estudantes, e as escolas de economia as substituíam (Nelson, 2001).

2.6 Recuo da economia governada pela teologia

Na virada do século XX, houve um “grande despertar secular”, como diria Nelson (2001). Embora os fundadores da American Economic Association fossem em sua maioria cristãos protestantes, eles concordavam que “a salvação [implicava] no fim da escassez material, levando à humanidade a uma nova era de abundância;” esse novo “evangelho da prosperidade” precisava de uma “nova classe sacerdotal”, composta de economistas (Nelson, 2001, p. 38; 2019). E essa classe sacerdotal precisava de uma teologia, representada pela ciência econômica, uma ciência livre de julgamentos de valor, guiada por um mecanismo de equilíbrio das forças produtivas, semi-análogo à lei natural, e que pode ser representada por uma linguagem sagrada: a matemática (Waterman, 2020). A religião ainda tinha um papel influente sobre o debate de políticas públicas, mas já não podia mais influenciar os rumos da teoria econômica (Backhouse, 2008).

Alguns pensadores cristãos tentaram resistir à secularização e criar alternativas além da mera recomendação ética, especialmente católicos e presbiterianos (Kaemingk, 2023). A Doutrina Social da Igreja Católica, instituída com a encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, em 1891, foi um dos exemplos mais claros, juntamente com a formação do corporativismo católico, onde desfrutou popularidade nos países latinos (Camacho, 1995; Almodovar; Teixeira, 2008; Fernández, 2010; Mamede, 2020, p. 121-128). Suas ideias de conciliação dos interesses de classe e oposição ao socialismo influenciaram vários regimes autoritários nesses países. Não é intenção do artigo dissertar se essa foi a intenção ou não de Leão XIII e seus sucessores, mas é inegável que sua influência nestes foi marcante. No pós-guerra, devido a essa associação com o autoritarismo, pensadores católicos abandonaram a tentativa de estabelecer uma economia alternativa, concentrando-se na análise ética de resultados econômicos (Almodovar; Teixeira, 2008).

No Reino Unido, o movimento distributista, representado pelos escritores católicos Hilaire Belloc (1870-1953) e G. K. Chesterton (1874-1936), na primeira metade do século XX, rejeitou tanto o capitalismo e o socialismo, em prol de um retorno à tradição católica naquilo que pode ser chamado de “pós-escolástico” (Díaz, 2024). Em *O Estado servil*, Belloc argumenta que a sociedade capitalista-industrial escravizava o ser humano num sistema de produção opressivo e sem Deus; contra isso, Belloc defendeu “a família como unidade básica do Estado e da propriedade privada dos meios de produção como condição básica da liberdade” (Nascimento, 2017, p. 28). Rejeita-se o sistema financeiro que cria desigualdades, Rockfellers e Rothschilds (Albuquerque, 2019, p. 61). A ideia de que o distributismo é um retorno à Idade Média, porém, é considerada um equívoco por seus defensores¹⁴ (Silva, 2020, p. 45). Seus autores enfatizam a continuidade com a Doutrina Social da Igreja Católica (Nascimento, 2016, p. 39) e reversão do processo de alienação capitalista (Lu, 2017, p. 18-19). Salter (2023, p. 10, 12) nota que o distributivismo não é uma escola de pensamento econômico, mas de economia política e projeto ético. Sua associação com a extrema-direita, como o grupo fascista britânico National Front, que se apropriou de suas doutrinas na década de 1980, assim como o antissemitismo explícito de Belloc (Richardson, 2018, p. 59-65), garantiram que sofresse o mesmo destino que outras doutrinas católicas alternativas de economia no pós-guerra (Almodovar; Teixeira, 2008).

Entre os protestantes, o projeto do teólogo e político holandês Abraham Kuyper (1837-1920) é a mais conhecida tentativa na luta contra o secularismo econômico (Beukes, 2006; Ballor, 2020; 2022; Hengstmengel, 2021b; 2023). O fundamento do pensamento neocalvinista de Kuyper é que as esferas de governo (cultura, economia, política...) devem estar sujeitas aos ensinamentos de Cristo (Tiemstra, 1999, p. 86). Por isso, não existe neutralidade de valores, “toda ciência humana [...] é fundamentada em valores religiosos”, onde as distinções entre sagrado e secular não existem de fato (Tiemstra, 1999, p. 87; Beukes, 2006, p. 9; Hengstmengel, 2023, p. 922). Isso o faz rejeitar a Revolução Francesa, assim como o socialismo e o liberalismo clássico; o mero elogio do crescimento econômico é vazio se não levar em conta os custos, especialmente para os menos afortunados (Gouzwaaard, [1979] 2019; 2002; Beukes, 2006, p. 24). Assim, a responsabilidade social das pessoas e sua contribuição para o fornecimento de bens de forma a evitar

¹⁴ Para um resumo das propostas distributistas para a sociedade, ver Albuquerque (2019, p. 70-71).

o desperdício é de suma importância (Beukes, 2006, p. 15). De fato, Kuyper começou a se interessar por economia com a “questão social” holandesa, após testemunhar as condições terríveis de trabalho impostas aos mais pobres e o fracasso da teoria econômica secular em dar dignidade a eles (Hengstmengel, 2021b, p. 140, 143; 2023, p. 914). Ele elaborou seu pensamento econômico influenciado por leituras de autores católico romanos (incluindo, mais tarde, *Rerum Novarum*), socialistas cristãos como Frederick Maurice e Thomas Chalmers (por meio de seu professor, Groen van Prinsterer) – o que denota o elo entre a economia política neocalvinista e a economia política cristã inglesa – e leituras de economistas da época, apesar de nunca ter recebido treinamento formal em economia (Harinck, 2013; Hengstmengel, 2021b). Ele tentou estabelecer na Universidade Livre de Amsterdã, fundada por ele com base no seu projeto mais amplo de calvinismo político, um programa de economia calvinista, convidando autores e professores holandeses para propagar uma economia cristã, mas seu projeto não obteve sucesso (Hengstmengel, 2023). Kuyper ainda pertencia à era de Smith, talvez até dos escolásticos, acreditando que a economia holandesa do século XVIII ainda era a ideal (Haan, 2021). Embora Kuyper tenha seus seguidores modernos, Oslington (2020) vê a economia de Kuyper e seus sucessores como incapaz de se desvencilhar da ética normativa, não podendo ser uma teoria econômica. Diferente das doutrinas católicas, a economia neocalvinista foi associada a movimentos conservadores nos Países Baixos, mas não ao autoritarismo. Uma exceção foi na África do Sul, onde vários dos políticos, juristas e teólogos que construíram o sistema de racismo institucionalizado do *apartheid* – o que foi um projeto tanto teológico quanto econômico – foram inspirados por ideias kuyperianas. Por exemplo, S. J. du Toit, orientando de Kuyper, sistematizou o fundamento teológico do nacionalismo africâner¹⁵ (Hovland, 1995; Seekings, 2021; Rathbone, 2015).

3. Conclusão

A economia e a teologia podem parecer campos em conflito. Isso é mais claro com o pontificado do Papa Francisco. Suas encíclicas *Laudato Si'* (2015) e *Laudate Deum* (2023) representam uma mudança na posição da liderança católica,

¹⁵ Rathbone (2015), porém, argumenta que Kuyper foi também uma influência na teologia da libertação sul-africana *antiapartheid*.

para uma crítica maior do capitalismo como idolatria (Coelho, 2019). Alguns economistas foram rápidos em rejeitar as críticas do papa, argumentando que lhe falta conhecimento econômico e suas ideias vão condenar as pessoas à pobreza (Whaples, 2017; Mead Kling *et al.*, 2023). Outros economistas vão argumentar que ele está correto – a economia baseada na elevação dos resultados do mercado é incapaz de criar justiça e precisa ocorrer alguma mudança não só na economia, mas também no modo de pensar dos economistas (Clark, 2019; Rocha, 2023; Rotondi; Santori, 2023).

Esses questionamentos estão presentes na história da economia em si, desde o tempo em que preocupações econômicas e teológicas eram as mesmas. A amplitude do problema da teodiceia faz com que elas coincidam até hoje. Este artigo buscou ser extensivo, para oferecer ao leitor uma visão ampla da literatura. Mesmo com a separação em disciplinas diferentes, ambas fornecem diretrizes de ação humana. Por isso, há o interesse de vários autores em fazer com que ambas as disciplinas convirjam nas suas recomendações de política (e.g. austríacos e a Escola de Salamanca). Tais argumentos carregam o perigo de anacronismo, mas suas perguntas são relevantes: lembrando das discussões sobre usura, podemos dizer que o que toma emprestado está realmente fazendo algo de sua própria vontade? Prestar atenção ao contexto, permite-nos ajudar entender o fenômeno complexo da formação da economia moderna – como demonstrou Nelson (2001), existem alguns deuses no caminho, ainda discutindo sobre justiça e eficiência.

Referências

AFANASIEV, A. The origins of Austrian Economics in the treatises of the theologians of Salamanca. In: HOWDEN, D.; BAGUS, P. (Eds.). *The emergence of a tradition: essays in honor of Jesús Huerta de Soto*, volume 1. Londres: Palgrave, p. 15-22, 2023.

ALBUQUERQUE, E. S. Manifesto distributista: o distributismo como filosofia da ação prática. *Revista de Geopolítica*, v. 10, n. 1, p. 60-74, 2019.

ALMODOVAR, A.; TEIXEIRA, Pedro. The ascent and decline of Catholic economic thought, 1830–1950s. *History of Political Economy*, v. 40, n. 5, p. 62-87, 2008.

ALVEY, J. E. The secret, natural theological foundation of Adam Smith's work. *Journal of Markets and Morality*, v. 7, n. 2, p. 335-361, 2004a.

ALVEY, J. E. The hidden theology of Adam Smith: A belated reply to Hill. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 11, n. 4, p. 623-628, 2004b.

ANDERSON, G. M. Mr. Smith and the preachers: the economics of religion in the *Wealth of Nations*. *Journal of Political Economy*, v. 96, n. 5, p. 1066-1088, 1988.

BACKHOUSE, R. Faith, morality, and welfare: the English School of Welfare Economics, 1901–29. *History of Political Economy*, v. 40, n. 5, p. 212-236, 2008.

BALLOR, J. J. A biblical myth at the origins of Smith's *Wealth of Nations*. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 39, n. 2, p. 223-238, 2017.

BALLOR, J. J. Is *Homo economicus* sovereign in his own sphere. *Journal of Markets and Morality*, v. 25, n. 1, p. 7-22, 2022.

BALOGLOU, C. P. Economic thought in the last Byzantine period. In: LOWRY, S. T.; GORDON, B. (Eds.). *Ancient and medieval economic ideas and concepts of social justice*. Leiden: Brill, p. 405-438, 1998.

BARON, S. W. The economic views of Maimonides. In: BARON, S. W. (Ed.). *Essays on Maimonides: an octocentennial volume*. Nova York: Columbia University Press, 1941.

BASTOS, D. S. O direito à subsistência em xeque: um olhar sobre a Lei dos Pobres e o Ato de Emenda de 1834. *História Econômica & História de Empresas*, v. 21, n. 5, p. 135-173, 2018.

BECKER, S. O.; RUBIN, J.; WOESSMAN, L. Religion in economic history: a survey. In: BISIN, A.; FEDERICO, G. (Eds.). *The handbook of historical economics*. Nova York: Academic Press, p. 585-639, 2021.

BENTON, R., Jr. Economic theology of the High Middle Ages. In: SCHWARZKOPF, S. (Ed.). *The Routledge handbook on economic theology*. Londres: Routledge, p. 287-294, 2020.

BENJAMIN, W. O capitalismo como religião. 1921. In: BENJAMIN, W.; LÖWY, M. (Org.). *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENTON, R., Jr. The economic theology of the High Middle Ages. In: SCHWARZKOPF, S. (ed.). *The Routledge book of economic theology*. Londres: Routledge, 2020.

- BERENDT, E. B. The Scholastic view on usury and economic instability. *Journal of Economics, Religion and Theology*, v. 3, n. 1/2, p. 23-38, 2023.
- BEUKES, E. Christian faith and economic life: some Kuyperian themes. *Acta Academica*, v. 38, n. 2, p. 1-35, 2006.
- BIANCHI, A. M. *A pré-história da economia: de Maquiavel à Adam Smith*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BIÉLER, A. *O pensamento econômico e social de Calvino*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, [1959] 1990.
- BIÉLER, A. *A força oculta dos protestantes*. Rio de Janeiro: Cultura Cristã, 2002.
- BLANEY, D. L. *Political economy as theodicy: progress, suffering and denial*. Nova York: Routledge, 2024.
- BOHRER, A. J. Just wars of accumulation: the Salamanca School, race and colonial capitalism. *Race & Class*, v. 59, n. 3, p. 20-37, 2018.
- BOULAKIA, J. D. C. Ibn Khaldûn: a fourteenth-century economist. *Journal of Political Economy*, v. 79, n. 5, p. 1105-1118, 1971.
- BRIGHAM, M.; KAVANAGH, D. The economic theology of Quakerism. In: SCHWARZKOPF, S. (Ed.). *The Routledge handbook on economic theology*. Londres: Routledge, 331-340, 2020.
- BRODY, S. H. Idolatry and time: capitalism and money in twenty-first-century Christian economic theology. *Journal of Religious Ethics*, v. 50, n. 4, p. 718-751, 2022.
- BRUNI, L. *Capitalism and Christianity: origins, spirit and betrayal of the market economy*. Londres: Routledge, 2024.
- BRUNI, L.; SANTORI, P. The theological stems of modern economic ideas: John Duns Scotus. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 30, n. 4, p. 577-595, 2023.
- CALDAS, M. J. O jovem Marx e Lutero. *Revista Jesus Histórico*, v. 9, n. 16, p. 39-57, 2016.
- CALVO, C. W. *The emergence of capitalism in early America*. Gainesville: University of Florida Press, 2020.

CAMACHO L., I. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995.

CARVALHO, S. H.; SILVA, K. M. A Escola de Salamanca e sua teoria quantitativa da moeda. *Cadernos de Campo*, v. 31, p. 263-292, 2021.

CASTRO E SOUZA, M. O empréstimo a juros no pensamento econômico de João Calvino. *Ciências da Religião: História e Sociedade*, v. 6, n. 2, p. 178-202, 2008.

CENDEJAS B., J. L. Economics, chrematistics, *oikos* and *polis* in Aristotle and St. Thomas Aquinas. *Journal of Philosophical Economics*, v. 10, n. 2, p. 5-46, 2017.

CHAPLYGINA, I.; LAPIDUS, A. Economic thought in scholasticism. In FACARELLO, G.; KURZ, H. (Eds.). *Handbook on the history of economic analysis*. Londres: Routledge, 2016.

CHAPLYGINA, I.; LAPIDUS, A. Theorizing interest: how did it all begin? Some landmarks on the prohibition of usury in the Scholastic economic thought. In: AMELUNG, I.; SCHEFOLD, B. *European and Chinese histories of economic thought: theories and images of good governance*. Londres: Routledge, 2021.

CLARK, C. M. A. Review: Pope Francis and the caring society. *Review of Political Economy*, v. 31, n. 2, p. 304-311, 2019.

COAST, E.; LATOFF, S. R.; RODGERS, Y. M.; MOORE, B. Economics of abortion: a scoping review protocol. *BMJ Open*, v. 9, e029939, 2019.

COELHO, A. S. A Idolatria e o Papa Francisco: radicalidade na crítica ao capitalismo. *Estudos de Religião*, v. 33, n. 1, p. 203-230, 2019.

COLEMAN, C. *The spirit of French capitalism: economic theology in the Age of Enlightenment*. Stanford: Stanford University Press, 2021.

COSTA, H. M. O trabalho como exercício criativo e alegre da vocação de Deus – fundamentos e implicações: uma aproximação reformada. *Ciências da Religião: História e Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 168-202.

COX, H. *The market as god*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

CREMASCHI, S. *Utilitarianism and Malthus's virtue ethics: respectable, virtuous and happy*. Londres: Routledge, 2014.

CREMASCHI, S. Malthus on sex, procreation, and applied ethics. *Pensando*, v. 7, n. 14, p. 48-75, 2016.

CREMASCHI, S. Invisible beings: Adam Smith's lectures on natural theology. *Adam Smith Review*, n. 10, p. 230-253, 2018.

D'EMIC, M. T. *Justice in the marketplace in Early Modern Spain*. Lanhan: Lexington, 2014.

DECOCK, W. Lessius and the breakdown of the Scholastic paradigm. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 31, n. 1, p. 57-78, 2009.

DECOCK, W. Princes and prices: regulating the grain market in Scholastic economic thought. In: TELLKAMP, J. A. *A companion to Early Modern Spanish imperial political and social thought*. Leiden: Brill, p. 172-198, 2020.

DENIS, A. Collective and individual rationality: Robert Malthus's heterodox theodicy. *History of Economic Ideas*, v. 14, n. 2, p. 9-31, 2006.

DENIS, A. Was the School of Salamanca proto-Austrian? Paper presented at The Scottish Economic Society Annual Conference, Perth, Scotland, April 13–15, 2015. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3056804

DEUSTCHMANN, C. *Disembedded markets: economic theology and global capitalism*. Londres: Routledge, 2019.

DÍAZ V., A. *The economic thought of Hilaire Belloc: a Christian alternative to the servile State*. Londres: Routledge, 2024.

EKELUND, R. B.; HÉBERT, R. F.; TOLLISON, R. D. Adam Smith on Religion & Market Structure. *History of Political Economy*, v. 37, n. 4, P. 647-660, 2005.

EL ALILI, M.; VAN DONGEN, J. M.; ESSER, J. L.; HEYMANS, M. W.; VAN TULDER, M. W.; BOSMANS, J. E. A scoping review of statistical methods for trial-based economic evaluations: The current state of play. *Health Economics*, v. 31, n. 12, p. 2680-2699, 2022.

ELSHAHAT, S.; COCKWELL, P.; MAXWELL, A. P.; GRIFFIN, M.; O'BRIEN, T.; O'NEILL, C. The impact of chronic kidney disease on developed countries from a health economics perspective: A systematic scoping review. *PLoS ONE*, v. 15, n. 3, e0230512, 2020.

FACARELLO, G. Pierre de Boisguilbert and the foundations of laissez-faire. In: FACARELLO, G.; SILVANT, C. (Eds.). *A history of economic thought in France, volume 1: the Age of Enlightenment*. Londres: Routledge, p. 31-44, 2023.

FERNANDES, J. P. T. A finança islâmica nas sociedades ocidentais. *Relações Internacionais*, v. 26, n. 1, p. 95-111, 2010.

FERNÁNDEZ R., S. Breve historia del corporativismo católico. *La Razón Histórica*, n. 11, p. 54-64, 2010.

FOLEY, D. *Adam's fallacy: a guide to economic theology*. Cambridge: Belknap, 2006.

FREEMAN, C.; LOUÇÃ, F. *As time goes by: from the Industrial Revolutions to the Information Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GAGNON, M.-A; DONG, M. What did the scientific literature learn from internal company documents in the pharmaceutical industry? A scoping review. *Cochrane Evidence Synthesis and Methods*, v. 1, e12011, 2023.

GALBRAITH, J. K. *Money: whence it came, where it went*. Boston: Houghton Mifflin, 1976.

GHAZANFAR, S. M. (Ed.). *Medieval Islamic thought: filling the "Great Gap" in European economics*. Londres: Routledge, 2003.

GOLDSTROM, J. M. Richard Whately and political economy in school books, 1833-80. *Irish Historical Studies*, v. 15, n. 58, p. 131-146, 1966.

GONZÁLEZ, J. L. *Economia e fé no início da era cristã*. São Paulo: Hagnos, [2002] 2015.

GONZÁLEZ M., M. Origen y transmisión del pensamiento económico (y II): Al-Andalus como puente entre Grecia, la escolástica medieval y la Escuela de Salamanca. *eXtoikos*, n. 11, p. 65-72, 2013.

GORDON, B. Biblical and Early Judeo-Christian thought: Genesis to Augustine. In: LOWRY, S. T. (Ed.). *Pre-classical economic thought*. Boston: Kluwer, p. 43-67, 1986.

GORDON, B. *The economic problem in biblical and patristic thought*. Leiden: Brill, 1989.

GOTSIS, G. N.; MERIANOS, G. Early Christian representations of the economy: evidence from New Testament texts. *History and Anthropology*, v. 23, n. 4, p. 467-505, 2012.

GOUDZWAARD, B. *Capitalismo e progresso: um diagnóstico da sociedade ocidental*. Viçosa: Ultimato, [1979] 2019.

GILBERT, A. D. Religion and political stability in early industrial England. In: O'BRIEN, P. K.; QUINAULT, R. (Eds.). *The Industrial Revolution and British society*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 79-99, 1993.

GRICE-HUTCHINSON, M. *The school of Salamanca*. Oxford: Clarendon, 1952.
GRICE-HUTCHINSON, M. El concepto de la escuela de Salamanca: sus orígenes y su desarrollo. *Revista de Historia Económica*, v. 7, n. 2, p. 21-16, 1989.

HAAN, R. Review of Abraham Kuyper's *On Business & Economics*. Bellingham: Lexham, 2021, lxxi + 429 pp. *Journal of Economics, Theology and Religion*, v. 1, n. 2, p. 227-231, 2021.

HARINCK, G. Groen's and Kuyper's Scottish relations: not beyond Chalmers. *Dutch Crossing*, v. 37, n. 2, p. 155-162, 2013.

HARRISON, P. *Adam Smith, natural theology and the natural sciences*. Londres: Routledge, p. 77-91, 2011.

HECKER, C. From "usury" to "financial alchemy:" Martin Luther's economic writings revisited. *Journal of Contextual Economics*, v. 137, p. 301-330, 2017.

HENGSTMENGEL, J. The paradox of value in the teaching of the Church Fathers. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 28, n. 5, p. 695-707, 2021a.

HENGSTMENGEL, J. The amateur economist: Abraham Kuyper and economics. *Journal of Economics, Theology and Religion*, v. 1, n. 2, p. 137-158, 2021b.

HENGSTMENGEL, J. The rise of Dutch Neo-Calvinist political economy, 1830-1905. *History of Political Economy*, v. 55, n. 5, p. 905-927, 2023.

HEYDT, C. The problem of natural religion in Smith's moral thought. *Journal of the History of Ideas*, v. 78, n. 1, p. 73-94, 2017.

HILL, L. The hidden theology of Adam Smith. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 8, n. 1, p. 1-29, 2001.

HILL, L. Further reflections on the ‘Hidden Theology’ of Adam Smith. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 11, n. 4, p. 629-635, 2004.

HILTON, B. *The age of atonement: the influence of evangelicalism on social and economic thought, 1795-1865*. Oxford: Clarendon, 1988.

HOSSEINI, H. S. Contributions of medieval Muslim scholars to the history of economics and their impact: a refutation of the Schumpeterian Great Gap. In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. (Eds.). *A companion to the history of economic thought*. Oxford: Blackwell, p. 28-45, 2006.

HOVLAND, T. H. Teologia do *apartheid* na África do Sul: um exemplo da teologia ideologizada. *Estudos Teológicos*, v. 35, n. 1, p. 92-108, 1995.

HUME, D. *Diálogos sobre a religião natural*. Salvador: EdUFBA, [1779] 2016.

HURTADO, J. Believing, belonging and understanding: religion and philosophy as narratives and practice in Adam Smith. *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, v. 41A, p. 11-26, 2023.

IANNACONE, L. R. Introdução à economia da religião. *Revista de Estudos da Religião*, v. 23, n. 2, p. 227-266, [1998] 2023.

IBORRA M., J. V.; VALDÉS G., L. R. El pensamiento económico de la Escuela de Salamanca y la esclavitud negra. *Humanidades*, n. 8, p. 87-117, 2020.

IORIO, U. J. *Dos protoaustriacos a Menger: uma breve história sobre as origens da Escola Austríaca de Economia*. São Paulo: Instituto von Mises Brasil, 2017.

ISLAHI, A. A. *Contributions of Muslim scholars to the history of economic thought and analysis up to 15th Century*. Jeddah: King Abdulaziz University, 2005.

JANUARD, P. Risky exchanges: price and justice in Thomas Aquinas’s *De emptione et venditione ad tempus*. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 29, n. 4, p. 729-769, 2022.

JOSEPHSON-STORM, J. *The myth of disenchantment: magic, modern, and the birth of the human sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

KAEMINGK, M. Consuming Christ and creation: Catholic and Neo-Calvinist responses to capitalism. In: EGLINTON, J.; HARINCK, G. (Eds.). *Neo-Calvinism and Roman Catholicism*. Leiden: Brill, p. 198-217, 2023.

KENNEDY, G. The hidden Adam Smith in his alleged theology. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 33, n. 3, p. 385-402, 2011.

KIM, K. Adam Smith: natural theology and its implications for his method of social inquiry. *Review of Social Economy*, v. 55, n. 3, p. 312-336, 1997.

KIZILKAYA, N. (Ed.). *Methodology of Islamic economics*. Londres: Routledge, 2019.

KOOI, K.; BALLOR, J. J. Providence, divine power and the ‘invisible hand’ in Adam Smith. *Journal of Economics, Theology and Religion*, v. 1, n. 1, p. 25-44, 2020.

KOPAJTIC, L. The vicegerent of God? Adam Smith on the authority of the impartial spectator. *Journal of Scottish Philosophy*, v. 17, n. 1, p. 61-78, 2019.

KOYAMA, M.; RUBIN, J. *How the world became rich: the historical origins of economic growth*. Nova York: Polity Press, 2022.

LANGHOLM, O. Scholastic economics. In: LOWRY, S. T. (Ed.). *Pre-classical economic thought*. Boston: Kluwer, p. 115-135, 1987.

LANGHOLM, O. *The legacy of scholasticism in economic thought: antecedents of choice and power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LANGHOLM, O. Voluntary exchange and coercion in scholastic economics. In: OSLINGTON, P. (Ed.). *The Oxford handbook of Christianity and economics*. Oxford: Oxford University Press, p. 44-56, 2014.

LAPIDUS, A. Hugo Grotius on usury: acknowledging the end of the Scholastic argument. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 30, n. 6, p. 1031-1049, 2023.

LE GOFF, J. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993.

LEATHERS, C. G.; RAINES, J. P. Adam Smith on religion and market structure: the search for consistency. *History of Political Economy*, v. 40, n. 2, p. 345-363, 2008.

LENK, W.; MORAES, L. S. Aproximação a Al-Muqaddimah: Ibn Khaldūn em perspectiva historiográfica. *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 2, p. 519-549, 2024.

LESHEM, D. *The origins of neoliberalism: modeling the economy from Jesus to Foucault*. Nova York: Columbia University Press, 2016.

LEVY, D.; PEART, S. J. Richard Whately and the gospel of transparency. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 69, n. 1, p. 166-187, 2010.

LIGHT, C.; BLOCK, W. Christianity, free market, and libertarianism. *Studia Humana*, v. 6, n. 4, p. 34-44, 2017.

LINDBERGH, C. Luther on a market economy. *Lutheran Quarterly*, v. 30, p. 373-392, 2016.

LONG, B. *Adam Smith and the invisible hand of God*. Londres: Routledge, 2022.

LOWRY, S. T. Reviewed Work(s): An Austrian Perspective on the History of Economic Thought. Volume 1. Economic Thought Before Adam Smith by Murray N. Rothbard. *Journal of Economic Literature*, v. 34, n. 3, 1996.

LU, M. T. The philosophical foundations of Distributism: Catholic Social Teaching and the principle of subsidiarity. *Quaestiones Disputatae*, v. 8, n. 1, p. 7-20, 2017.

LUZ, M. R. S.; FRACALANZA, P. S. A gênese do indivíduo e o indivíduo da gênese: uma abordagem multidisciplinar acerca do papel da ideologia cristã nas origens do homem (econômico). *EconomiA*, v. 14, n. 1A, p. 189-210, 2013.

MAAS, H. “A hard battle to fight”: natural theology and the dismal science, 1820–50. *History of Political Economy*, v. 40, n. 5, p. 143-167, 2008.

MALINA, B. Embedded economics: the irrelevance of Christian fictive domestic economy. *Forum for Social Economics*, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1997.

MAMEDE, B. F. O pensamento econômico católico: origem, desenvolvimento e declínio. *Intelligere*, n. 9, p. 99-134, 2020.

MANDLER, P. Tories and paupers: Christian political economy and the making of the New Poor Law. *The Historical Journal*, v. 33, n. 1, p. 81-103, 1990.

MARTINS, Y. Pontos de contato entre Escola Austríaca e Cristianismo Bíblico no debate sobre preço justo. *MISES*, v. 4, n. 1, p. 43-68, 2016.

MATSON, E. W. God, commerce and Adam Smith through the editions of *The theory of moral sentiments*. *Journal of Markets and Morality*, v. 24, n. 2, p. 269-288, 2021.

MEAD KLING, H.; NORGAARD, J. R.; WENZEL, N. G. The economics of Pope Francis: the promise of markets and the poverty of intervention. *International Journal of Development Issues*, v. 22, n. 1, p. 107-122, 2023.

MENUET, M. Theology and economics: the case of the Early Jansenism. *Æconomia*, v. 12, n. 2, p. 189-231, 2022.

MCCARRAHER, E. *The enchantments of Mammon: how capitalism became the religion of modernity*. Cambridge: Belknap, 2019.

MCCLEARY, R. M.; BARRO, R. J. *The political economy of believing and belonging*. New Haven: Princeton University Press, 2019.

MCGAURAN, J.-P.; OFFER, J. Christian political economy, Richard Whately and Irish Poor Law theory. *Journal of Social Policy*, v. 44, n. 1, p. 43-61, 2015.

MILLBANK, J. *Theology and social theory: beyond secular reason*. Oxford: Blackwell, 2006.

MITCH, D. The role of education and skill in the British Industrial Revolution. In: MOKYR, J. (Ed.). *The British Industrial Revolution: an economic perspective*. 2nd ed. Boulder: Westview Press, p. 241-279, 1999.

MOKYR, J. The contribution of economic history to the study of innovation and technical change: 1750–1914. In: HALL, B. H; ROSENBERG, N. (Eds.). *Handbook of the Economics of Innovation*, volume 1. Nova York: Elsevier, p. 11-50, 2010.

MOKYR, J. ‘The Holy Land of industrialism:’ rethinking the Industrial Revolution. *Journal of the British Academy*, v. 9, p. 223-247, 2021.

MOORE, J. R. Theodicy and society: The crisis of the intelligentsia. In: HELMSTADTER, R.; LIGHTMAN, B. (Eds.). *Victorian faith in crisis: essays on continuity and change in nineteenth-century religious belief*. Londres: Palgrave Macmillan, p. 153-186, 1990.

MOORE, R. L. *Selling God: American religion in the marketplace of culture*. Nova York: Oxford University Press, 1994.

MORROW, G. R. Adam Smith: moralist and philosopher. *Journal of Political Economy*, v. 35, n. 3, p. 321-342, 1927.

MUNRO, J. Tawney’s century, 1540–1640: the roots of modern capitalist entrepreneurship. In: LANDES, D. S.; MOKYR, J.; BAUMOL, W. J. (Eds.). *The*

invention of enterprise: entrepreneurship from Ancient Mesopotamia to modern times. New Haven: Princeton University Press, p. 107-155, 2010.

MURAKOSHI, Y. *Adam Smith's natural theology and the framework of economics*. PhD. thesis – Department of Economics, University of Notre Dame. Notre Dame: University of Notre Dame, 1988.

NASCIMENTO, R. R. *O distributismo de Chesterton e Belloc*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2016.

NASSER, M. W. Theology and ethics in Adam Smith: a case for Islamic economics. *Intellectual Discourse*, n. 26, p. 309-322, 2018.

NELSON, R. H. *Reaching for heaven on earth: the theological meaning of economics*. Savage: Rowman & Littlefield, 1991.

NELSON, R. H. *Economics as religion: from Samuelson to Chicago and beyond*. University Park: Pennsylvania University Press, 2001.

NELSON, R. H. What is “economic theology”? *Princeton Seminar Bulletin*, v. 25, n. 1, p. 58-79, 2004.

NELSON, R. H. Economic religion and the worship of progress. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 78, n. 2, p. 319-362, 2019.

O'BRIEN, G. *An essay on medieval economic teaching*. Kichener: Batoche, [1920] 2001.

OLIVEIRA, L. L. Teoria econômica da religião: aspectos gerais. *Estudos da Religião*, v. 31, n. 1, p. 97-116, 2017.

ORAIN, A. The second Jansenism and the rise of French eighteenth-century political economy. *History of Political Economy*, v. 46, n. 3, p. 463-490, 2014.

ORAIN, A. Figurism, temporal goods and the manifestation of the divine: the history of trade among eighteenth-century Jansenist pedagogues. In: ALIMENTO, A.; DELLA FONTANA, A. (Eds.). *Histories of trade as histories of civilization*. Berlin: Springer, p. 57-82, 2021.

OSLINGTON, P. Divine action, Providence and Adam Smith's invisible hand. In: OSLINGTON, P. (Ed.). *Adam Smith as theologian*. Londres: Routledge, p. 61-76, 2011.

OSLINGTON, P. God and the market: Adam Smith's invisible hand. *Journal of Business Ethics*, n. 108, p. 429-438, 2012.

OSLINGTON, P. *Political economy as natural theology: Smith, Malthus and their followers*. Londres: Routledge, 2017.

OSLINGTON, P. The 'new view' of Adam Smith in Context. *History of Economics Review*, v. 71, n. 1, p. 118-131, 2018.

OSLINGTON, P. The Kuyperian dream of reconstructing economics on Christian foundations. *Faith & Economics*, n. 75, p. 7-36, 2020.

OSLINGTON, P. The quest for Adam Smith's theodicy. *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, v. 41A, p. 37-57, 2023.

PERDICES DE BLAS, L.; RAMOS G., J. L. ¿Existió una Escuela de Salamanca en asuntos económicos? *Araucaria*, v. 25, n. 54, p. 519-541, 2023.

PETERSON, J.; PEARCE, P. F.; FERGUSON, L. A.; LANGFORD, C. A. Understanding scoping reviews: Definition, purpose, and process. *Journal of the Association of Nurse Practitioners*, v. 29, n. 1, p. 12-16, 2016.

POCOCK, J. G. A. Conservative Enlightenment and democratic revolutions: the American and French cases in British perspective. *Government and Opposition*, v. 24, n. 1, p. 81-105, 1989.

POPESCU, O. El pensamiento económico en la escolástica hispanoamericana. *Económica*, v. 32, n. 2, p. 227-260, 1986.

POPESCU, O. *Studies in the history of Latin American economic thought*. Londres: Routledge, 1997.

PLOPEANU, A.-P. The economic thinking of Scholastics: a symbiosis between faith and reason. *European Journal of Science and Theology*, v. 16, n. 1, p. 151-164, 2020.

PULLEN, J. M. Malthus' theological ideas and their influence on his principle of population. *History of Political Economy*, v. 13, n. 1, p. 39-54, 1981.

PULLEN, J. M. Malthus, Jesus and Darwin. *Religious Studies*, v. 23, n. 2, p. 233-246, 1987.

PULLEN, J. M. Valuables and constants in the theology of T. R. Malthus. *History of Economics Review*, v. 63, n. 1, p. 21-32, 2016.

RASHID, S. Richard Whately and Christian political economy at Oxford and Dublin. *Journal of the History of Ideas*, v. 38, n. 1, p. 147-155, 1977.

RASHID, S. Richard Whately and the struggle for rational Christianity in the mid-nineteenth century. *Historical Magazine of the Protestant Episcopal Church*, v. 47, n. 3, p. 293-311, 1978.

RATHBONE, M. Sphere sovereignty and irreducibility: the ambiguous use of Abraham Kuyper's ideas during the time of apartheid in South Africa. *KOERS: Bulletin for Christian Scholarship*, v. 80, n. 1, p. 1-8, 2015.

REESE, P. N. Cajetan's economic treatises: a critique of Rothbard's proto-Austrian portrayal. *Journal of Markets and Morality*, v. 18, n. 2, p. 349-371, 2015.

REISMAN, D. *Thomas Robert Malthus*. Berlin: Springer, 2018.

RICHARDSON, J. E. The National Front: the search for a 'nationalist' economic policy. In: COPSEY, N.; WORLEY, M. (Eds.). *'Tomorrow belongs to us: the British Far Right since 1967*. Londres: Routledge, p. 48-68, 2018.

ROCHA, R. T. Fundamentos do pensamento socioeconômico do Papa Francisco. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 83, n. 325, p. 383-412, 2023.

ROTHBARD, M. N. Uma nova luz sobre a pré-história da Escola Austríaca. *MISES*, v. 4, n. 2, p. 479-492, [1976] 2016.

ROTHBARD, M. N. *Economic thought before Adam Smith: an Austrian perspective on the history of economic thought*, volume 1. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2006.

ROTONDI, V.; SANTORI, P. (Eds.). *Rethinking economics starting from the commons: towards an economy of Francesco*. Berlin: Springer, 2023.

RUFFIER, B. C. Progresso e declínio n'A riqueza das nações. *Alamedas*, v. 11, n. 1, p. 101-114, 2023.

SAGAR, P. Adam Smith's genealogy of religion. *History of European Ideas*, v. 47, n. 7, p. 1061-1078, 2021.

SAHLINS, M. *Stone age economics*. Londres: Routledge, [1972] 2017.

SANTORI, P. Idleness and the very sparing hand of God: the invisible tie between Hume's *Dialogues concerning natural religion* and Smith's *Wealth of nations*. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 44, n. 2, p. 246-267, 2022.

SALTER, A. W. *The political economy of distributism: property, liberty, and the common good*. Lubbock: Catholic University of America Press, 2023.

SCHUMPETER, J. *History of economic analysis*. Londres: Routledge, 1954.

SCHWARZE, M. A.; SCOTT, J. T. Spontaneous disorder in Adam Smith's *Theory of Moral Sentiments*: resentment, injustice, and the appeal to Providence. *Journal of Politics*, v. 77, n. 2, p. 463-476, 2015.

SCOTLAND, N. *John Bird Sumner: evangelical bishop*. Herefordshire: Fowler Wright, 1995.

SEEKING, J. The Social Question in pre-apartheid South Africa: race, religion and the State. In: LEISERING, L. (Ed.). *One hundred years of social protection: the changing social question in Brazil, India, China, and South Africa*. Londres: Palgrave, p. 191-220, 2021.

SHAPIN, S. "A scholar and a gentleman": the problematic identity of the scientific practitioner in early modern England. *History of Science*, v. 29, p. 279-327, 1991.

SILVA, A. G. A crítica distributista ao capitalismo. In: SILVA, A. G.; NASCIMENTO, R. R. (Eds.). *Distributismo: economia para além do capitalismo e socialismo*. Curitiba: Appris, p. 35-58, 2020.

SILVA, A. P. L. *Essays on political economy and antislavery in the eighteenth century British Empire, c. 1740-1780*. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2024.

SINGH G., D. The political theology of laissez-faire: from *philia* to self-love in commercial society. *Political Theology*, v. 17, n. 5, p. 417-433, 2016.

SINGH, D. *Economy and modern Christian thought*. Leiden: Brill, 2022.

SMITH, H. M. *Pre-reformation England*. Londres: Palgrave Macmillian, 1963.

SUNG, J. M. *Idolatria do dinheiro e direitos humanos: uma crítica teológica do novo mito do capitalismo*. São Paulo: Paulus, 2018.

SWIERCZEK, F. W.; JOUSSE, D. Adam Smith as bodhisattva? A metta analysis of global leadership. *Journal of Management Development*, v. 33, n. 8/9, p. 786-796, 2014.

TAYLOR, C. *Uma era secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

TEIXEIRA, D. J. A Escola de Salamanca e sua contribuição para a discussão do conceito de preço justo. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 28, p. 18-47, 2012.

TIEMSTRA, J. P. Every square inch: Kuperian social theory and economics. In: DEAN, J. M.; WATERMAN, A. M. C. *Religion and economics: normative social theory*. Nova York: Springer, p. 85-98, 1999.

THOMAS, A. J. *The nonconformist revolution: religious dissent, innovation and rebellion*. Philadelphia: Pen & Sword, 2020.

TRIBE, K. *The economy of the word: language, history and economics*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

TROELTSCH, E. *Protestantism and progress*. Nova York: Putnam, 1912.

TODESCHINI, G. Jews, economic metaphors, and the healthy body politic: the Jewish role in Christian economic narratives and the birth of modern economics. *Jewish History*, v. 35, n. 3, p. 405-432, 2021.

VALERI, M. *Heavenly merchandize: how religion shaped commerce in Puritan America*. New Haven: Princeton University Press, 2010.

VERBURG, R. The Dutch background of Bernard Mandeville's thought: escaping the Procrustean bed of neo-Augustinianism. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, v. 9, n. 1, p. 32-61, 2016.

VINER, J. *The role of Providence in social order: an essay in intellectual history*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1972.

WALTER, R. Linguagem, contexto e história do pensamento econômico: antes da economia ter sua própria língua. *História Econômica & História de Empresas*, v. 26, n. 2, p. 523-540, 2023.

WATERMAN, A. M. C. *Revolution, economics and religion: Christian political economy, 1798-1833*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WATERMAN, A. M. C. Whately, Senior and the methodology of classical economics. In: BRENNAN, H. G.; WATERMAN, A. M. C. *Economics and religion: are they distinct?* Nova York: Springer, p. 41-60, 1993.

WATERMAN, A. M. C. The beginning of 'boundaries': the sudden separation of economics from Christian theology. In: ERREYGERS, G. (Ed.). *Economics and interdisciplinary exchange*. Londres: Routledge, p. 41-63, 2001.

WATERMAN, A. M. C. Economics as theology: Adam Smith's *Wealth of Nations*. *Southern Economic Journal*, v. 68, n. 4, p. 907-921, 2002.

WATERMAN, A. M. C. The changing theological context of economic analysis since the eighteenth century. *History of Political Economy*, v. 40, n. 5, p. 121-142, 2008.

WATERMAN, A. M. C. The evolution of "orthodoxy" in economics: from Adam Smith to Paul Samuelson. *Independent Review*, v. 24, n. 3, p. 325-345, 2020.

WEBB, R. K. The emergence of rational dissent. In: HAAKONSEN, K. (Ed.). *Enlightenment and religion: rational dissent in eighteenth-century Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 12-41, 1996.

WEBER, M. *A ética protestante e o "espírito do capitalismo"*. São Paulo: Companhia das Letras, [1904] 2004.

WHAPLES, R. M. (Ed.). *Pope Francis and the Caring Society*. Oakland: Independent Institute, 2017.

WINK, G. Angels at the top, rocks at the bottom: naturalized inequality in Brazilian conservative thought. *Religions*, v. 12, n. 12, p. 692, 2023.

WITHAM, L. *Marketplace of gods: how economics explains religion*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

YOUNG, B. M. Christianity, commerce and the canon: Josiah Tucker and Richard Woodward on political economy. *History of European Ideas*, v. 22, n. 5/6, p. 385-400, 1996.

ZAMAN, A. Rebuilding Islamic economics on new foundations. *Turkish Journal of Islamic Economics*, v. 9, n. 1, p. 1-30, 2022.